

Que olhar é este?

Uma análise da opinião da Folha de S. Paulo sobre as Políticas Públicas de Ação Afirmativa (as Cotas) para negro nas universidades.¹

Eduardo Januário²

1. Introdução.

Ao findar a primeira década do século XXI, percebe-se que o resgate da memória e da luta do negro no Brasil ainda está em construção. O ano de 2008 foi a data de rememoração dos 120 anos da Lei Áurea, a qual juridicamente decretou o fim da escravidão no Brasil. Entretanto, ainda há muitas questões para serem resolvidas sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. Em um país em que o negro foi alvo de teorias de extermínio, em suas versões racistas mais extremadas, acompanhar as conseqüências deste fato histórico aos descendentes negros, é exigência daqueles que se preocupam com a temática.

A sociedade brasileira, em seu âmago, é fonte de uma enorme discriminação. Há, portanto, o padrão físico de beleza, o padrão de conduta, o padrão de status, etc. Dentro desta ótica de (pré) conceitos padrões, o racismo contra negro é um dos motivos de forte exclusão.

A compreensão da sociedade em uma ótica classista demonstra o abismo social existente no Brasil. Tal observação nos faz perceber que há o risco de que a questão de classe seja ignorada por aqueles que tratam da questão da raça (SILVA, 2008)³.

¹ Texto baseado no Trabalho de Conclusão de Curso exigido para obtenção do título de Especialista (Lato Sensu) em *História, Sociedade e Cultura*, PUC-SP, em 2009, sob o título: “O Olhar da Folha de S. Paulo sobre o racismo contra negro: uma análise do discurso a respeito das cotas para negros nas universidades (1995 a 2008). Por conta da especificidade desse artigo utilizaremos como referência os artigos de 2008, ano de comemoração dos 120 anos de Lei Áurea, com base nas datas comemorativas de 13 de maio e 20 de novembro de 2008.

² Mestrando em *História Econômica*, no Departamento de História FFLCH-USP. Especialista em *História, Sociedade e Cultura* pela PUC-SP. Professor de História da Rede Pública; e Diretor de Escola, no período de 2005 a 2008.

³ A tese de doutorado de Jair da (Silva, 2008) conclui, demonstrando a importância da articulação entre as particularidades inferiorizadas e os trabalhadores brasileiros, à busca de efetiva manifestação e cidadania além dos marcos das instituições políticas burguesas.

Acredito que estejam intimamente ligadas, devido ao fato de que nas camadas mais pobres, a maioria é negra. Nas periferias, a práxis social nos une, fazendo com que o branco pobre se sinta totalmente contemplado com algumas reivindicações e manifestações negras. O Rap e o Hip Hop são exemplos (SILVA, 1998)⁴. Porém, a herança da escravidão no Brasil, deixa aos negros o *estereótipo da cor*. Esta, por sua vez, será o divisor de águas para a intensificação de um racismo excludente. O livro de Ricardo Ferreira, o qual trata de um ponto de vista psicológico, a identidade do negro nos revela que: “a cor de pele e as características fenotípicas acabam operando como referências que associam de forma inseparável a raça e a condição social, o que leva o negro a introjeção de um julgamento de inferioridade” (FERREIRA, 2004:41).

No exercício da função de docente da rede pública de ensino percebi que, em 2008, um dos temas que provocavam debates acalorados nas salas de ensino médio foi a discussão sobre as cotas para negros nas universidades. O não esclarecimento sobre o assunto por alguns alunos, conduzia o debate a diversas perguntas e indagações. Havia um consenso em relação ao preconceito na sociedade, porém, a rejeição do projeto das cotas era unânime. Os alunos não conheciam o contexto e a problemática das cotas, mas reproduziam um discurso de que o racismo era mínimo, de pouca importância e não havia necessidade de Cotas.

A temática para a discussão das Cotas está tanto ligada à questão do racismo, quanto a políticas de ação afirmativas sócio-educacionais. Todavia, também ligada às questões de gastos com políticas públicas socioeconômicas. E, por sua vez, essencial para o desenvolvimento do país (PAIXÃO, 2005; PIRES, 2005).⁵

A problemática das Cotas vinha sendo tema de acalorados debates, sobretudo após 1995. Um dos primeiros encontros para tratar do tema foi o seminário internacional titulado de “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos

⁴ O trabalho de José Carlos (SILVA, 1998), demonstra a importância do *Rap* na unidade da juventude dos bairros periféricos.

⁵ Segundo o economista Marcelo Paixão, não seria possível partir de qualquer reflexão de desenvolvimento econômico sem as discussões sobre as relações raciais. Portanto, defende de forma veemente o uso de gastos públicos para políticas de ações afirmativas universais e sócio-raciais, especificamente o ingresso de estudantes nas universidades públicas, justificando através de três pontos fundamentais. Valdemir Pires argumenta que devido ao caráter de intervenção direta na relação de trabalho as questões voltadas à educação, necessariamente, também é assunto da política econômica. Ademais, a modificação estrutural do Capitalismo brasileiro após a década de 1990, exige, baseado na teoria do capital humano, a educação formal qualificada como pré-requisito ao ingresso no mercado de trabalho. Apud: (ALVES, 2000; AZANHA, 1998.).

Estados democráticos contemporâneos”. Esse congresso deu origem a um livro: *Multiculturalismo e Racismo organizado por Jessé Souza* (1997).⁶

As Cotas começam a serem implementadas como lei, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2003; Gilson Irineu e Elielma Ayres Machado escreveram as primeiras teses a respeito do tema após a aprovação da lei. (MACHADO, 2004; IRINEU, 2005) Na sociologia, Antonio Sergio Guimarães, discute as Cotas na perspectiva das Ações Afirmativas. (GUIMARÃES, 1999; 2002) No livro *Cultura Negra e Dominação*, Wilson do Nascimento Barbosa (BARBOSA, 2002), problematiza as Cotas discutindo sua relação com o discurso da cultura oficial. Célia Marinho de Azevedo (AZEVEDO, 2007) realiza um trabalho especificando as cotas raciais, demonstrando os paradoxos existentes no anti-racismo, dividido em universalistas e diferencialistas, publicado em 2007. André Augusto Brandão organizou o livro: *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação, tratando de perspectivas positivas sobre a questão das Cotas*. (BRANDÃO, 2007).

O assunto das Cotas também repercutiu fortemente na mídia. Inclusive, o tema chegou a fazer parte de novela do horário nobre.⁷ A imprensa escrita, logo, começou a escrever reportagens e artigos sobre o tema.

A partir de tais eventos, surge a necessidade de se acompanhar a opinião da mídia, a respeito das Cotas para negros. Assim, era preciso conhecer o histórico do racismo, as falácias sobre a democracia racial, para investigar o tipo de “verdade” veiculado pela mídia. Este artigo tem como objetivo apontar um caminho para se compreender o significado histórico das Políticas Pública de Ações Afirmativas, as Cotas, e a relação desta com mídia, especificamente, neste caso, a Folha de S. Paulo.

⁶ O seminário aconteceu no ano de 1997, nesta ocasião estava presente Fernando Henrique Cardoso presidente da República a qual realizou a abertura oficial da conferência. O seminário tinha como objetivo discutir as propostas de ações afirmativas, presentes nos eventos importantes estudiosos do tema: Luís Roberto Cardoso, Thomas Skidmore, Helio Santos entre outros. Souza, Jessé, *Multiculturalismo e racismo: Uma comparação Brasil e Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 14, 1997.

⁷ “Duas Caras”, novela de Aguinaldo Silva exibida no horário nobre da Rede Globo, com início em outubro de 2007. A trama retratava o personagem Rudolf Stenzel, (protagonizado pelo ator Diogo Almeida) filho de alemão rico com uma negra, na luta por vagas através das cotas. No decorrer da novela o personagem entra em vários embates a respeito do racismo.

2. O racismo e a democracia racial no Brasil – um histórico.

A luta contra o racismo é histórica, e faz parte desta luta a denúncia sobre o racismo na imprensa e na mídia. O racismo nos jornais do século XIX e início do século XX foi muito bem analisado por Lílian M. Schwarcz (1987). Outro livro da mesma autora é *O espetáculo das Raças* (1993), cuja análise visa descrever o discurso cientificista racial. No século XIX os cientistas raciais, defendem explicitamente a posição acerca dos negros dentro da revista do IHGB⁸: “Os negros representam um exemplo de grupo incivilizável, afirmava um artigo de 1891” (SCHWARCZ, 1993:111).

Os intelectuais da época queriam encontrar uma explicação para o atraso brasileiro. Nesta perspectiva, o negro era tido como o principal culpado. Uma das soluções encontradas para tal realidade foi o *branqueamento*. Para realizar essa proposta, os racistas apoiaram-se em uma política pública de Estado, principalmente em de São Paulo, essa política tem base no processo imigratório. Caio Prado Junior em *História Econômica do Brasil* demonstra a preocupação do Estado em estimular a imigração, e a importância desta, para a prosperidade do país (1977: 213-214).

Os abolicionistas, grandes responsáveis pelas reivindicações que iriam instituir a lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, estavam preocupados, sobretudo na formação da sociedade brasileira. “Os abolicionistas estavam, todavia, prontos a tomar posição no que diz respeito à questão de saber se era possível uma sociedade liberal quando grande parte da população era não branca” (SKIDMORE, 1976:38). Segundo Skidmore, o próprio Joaquim Nabuco acreditava que a sociedade liberal teria que ser constituída com mais elementos da raça branca, para solidificar a “nação”. Segundo Nabuco, a libertação dos escravos não traria ódio entre as duas raças:

Tal era a opinião aceita entre a elite: O Brasil soubera evitar o preconceito da raça”. Como escreveu Nabuco em *O Abolicionismo*: “A escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor, falando coletivamente, nem criou entre duas raças, o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressor e oprimido. (SKIDMORE, 1976:39).

Este comportamento demonstra que a elite dominante da época, com suas práticas racistas, acreditava que a questão do negro se resolveria como uma questão simples: não há discriminação, não há racismo.

⁸ IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Analisando o que publicou um jornal da época em comemoração aos 5 anos da “libertação dos escravos”, o Diário Popular de 12 de maio de 1893, verificamos a tal contradição⁹:

13 de maio “Hoje resume-se um quinquênio - um lustro que outorgou a uma classe infeliz um dos mais caros, um dos mais nobres, um dos mais sagrados atributos do homem. Cinco anos de sol, cinco anos de luz, cinco anos de vida, cinco anos de gozo, cinco anos de liberdade! Quantas lagrimas de gratidão e quantas bênção! (DIARIO POPULAR, 1893)

Chroniqueta – 13 de maio“(…) 13 de maio de 1888 é, contudo uma data precursora neste paiz das mais radicaes transformações que se possam esperar; foi o véu da liberdade que se rasgou, embora salientado que vasto universo a chama corrosiva do amesquinamento de caráter, fructo maldito desta instituição degradante. Quebremos os grilhões aos pretos, demos um coração aos brancos”, (DIARIO POPULAR, 1893)

Será que haveria mesmo uma contradição? Enquanto se discutia a questão do branqueamento e a exclusão do negro, enquanto os morros começavam a se recheiar de negros excluídos, os imigrantes tomavam conta das melhores posições no mercado de trabalho rural e urbano; o editorial de opinião trazia os acontecimentos do pós-abolição como “Anos de sol, de liberdade e de gozo?”.

O fato é que, embora alguns jornais da época estivessem exaltando a comemoração dos 5 anos após a abolição, toda a estrutura social estava voltada à exclusão do negro em todos os segmentos da sociedade. Segundo Petrônio Domingues, “não é exagero assegurar que o modelo de constituição do mercado de trabalho livre em São Paulo, baseado na imigração em massa do branco europeu, pautou-se por um recorte discriminatório e pela perspectiva do branqueamento” (DOMINGUES, 2003:65).

Célia Marinho, em seu livro *Onda negra medo branco* (AZEVEDO, 2004) expõe a idéia de que a elite brasileira no fim do século XIX e no começo do século XX desenvolveu em seu imaginário uma perspectiva de “aceitar” o relacionamento com os negros devido ao medo de uma possível revolução como no Haiti.

A partir da década de 1930, as reivindicações e manifestações negras tomam corpo no Brasil. Destacamos, a importância dos jornais: o *Clarim da Alvorada* (1924 a 1940) tendo como articulador principal o militante José Correia Leite e *A voz da Raça*

⁹ SAMPAIO, Azeredo. FILHO, Furtado. Jornal *Diário Popular*, São Paulo, 12 de maio de 1893. Editoriais p. 1 A. Artigos na primeira página de em comemoração ao cinco anos de abolição – pesquisa efetuada no Arquivo do Estado de São Paulo.

como órgão oficial da Frente Negra Brasileira, destacando personalidades como Francisco Lucrecio, secretário da FNB e Deoclesiano Nascimento um antigo militante da Imprensa Negra sendo editor do primeiro jornal negro O Menelick (1915) (SILVA, 2003; DOMINGUES, 2004). Nas décadas de 40 e 50 o Teatro Experimental do Negro se destaca com a participação de grandes militantes intelectuais negros, como Abdias Nascimento e Guerreiro Ramos, momentos esses que a democracia racial começa a ser discutida.

Sabemos que, de fato, a idéia de democracia racial surge a partir da década de 40. Antonio Sergio Guimarães em seu livro *Classes, Raças e Democracia* cita que: “o termo foi utilizado pela primeira vez por Roger Bastide num artigo publicado no Diário de São Paulo em 31 de março de 1944, no qual reporta a visita de Gilberto Freyre, em Apipucos”. (GUIMARÃES, 2002:136). Segundo o texto, trata-se de uma tradução de Roger Bastide às idéias de Freyre a respeito da democracia brasileira.

O mestiço, outrora considerado o fracasso da unidade de raça para o “progresso” brasileiro será agora motivo de orgulho (2002:136). É importante salientar que a valorização do mestiço, já era uma discussão na pauta de pensadores brasileiros, Dante Moreira Leite, em o *Caráter Nacional Brasileiro*, (LEITE, 1976) analisa que segundo Oliveira Viana, os mestiços de boa ascendência poderiam ter uma possível ascensão social. Obviamente, a boa ascendência a qual Oliveira Vianna se referiu era a mistura com o branco.

O discurso da democracia racial começa a ser denunciado como mito através de Florestan Fernandes, em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (FERNANDES, 1978). O autor demonstra como a mudança de estrutura da sociedade brasileira manteve as relações hierárquicas raciais, e que o negro aceitava passivamente a idéia de democracia racial devido ao fato de conviver com a subalternização ao longo da escravidão. Florestan e Roger Bastide, em *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (BASTIDE e FERNANDES, 1955), salientam que a pequena classe média negra existente preferia evitar os choques e questionamentos, com a classe dominante da época, devido ao fato de sua mobilidade social. As discussões e questionamentos a respeito da “democracia racial” serão importantes para reivindicações futuras do movimento negro.

No fim da década de 70 surge o Movimento Negro Unido que, além do resgate da sociabilidade nos bailes da black music, promove a busca pela reparação histórica ao negro (NASCIMENTO, 1989; FELIX, 2000). As questões discutidas pelo MNU, as manifestações que faziam e as reparações que exigiam se referem às reparações históricas ao negro, que por sua vez, estão intimamente ligados aos trabalhos produzidos por Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955), Abdias do Nascimento, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Carlos Hasenbalg (CARDOSO & IANNI, 1960; HASENBALG, 1998; NASCIMENTO, 1978).

Roberto DaMatta (1981) trouxe importante contribuição nos estudos da Antropologia social, demonstrando que, contestando a Gilberto Freyre, o caráter hierárquico herdado por Portugal, foi substituído pela “fabula das raças”, onde o alvo a ser buscado era o *embranquecimento* por meio de uma convivência consensual. Acrescentando ao debate, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle (1998) escrevem que a eficácia desta ideologia traduz o esvaziamento do conflito social aberto.

Nas palavras de Antonio Sergio Guimarães foi o próprio Roberto DaMatta que deu origem a uma nova fase de estudos que contempla o anti-racismo na década de 90 em diante:

Na academia brasileira, o “mito” passa agora a ser pensado como chave para o entendimento da formação nacional, enquanto as contradições entre discursos e práticas do preconceito racial passam a ser estudadas sob o rótulo mais adequado (ainda que altamente valorativo) de “racismo”. Ou seja, no mesmo terreno em que o movimento negro o pôs. Foi o próprio DaMatta, inspirador da nova leva de estudos que visam a definir a especificidade do racismo no Brasil, que cunhou a expressão “racismo a brasileira”, depois substituída, no senso comum, por outra – “racismo cordial” (GUIMARÃES, 2002:165)

Racismo Cordial, a qual cita Guimarães, foi o livro publicado pelo Datafolha (DATAFOLHA / FOLHA DE S.PAULO, 1995), empresa de pesquisa de opinião ligada ao jornal Folha de S. Paulo em 1995, cujos argumentos se derivaram de um caderno especial publicado pelo jornal no mesmo ano.

3. Imprensa e racismo.

A imprensa é freqüentemente fonte e objeto de estudo para os historiadores. Pois, “devido seu caráter de publicar notícias diárias, participa do cotidiano e trava batalhas pela conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1994:15).

A relação entre imprensa e negro, foi analisada por Ricardo Alexino Ferreira (FERREIRA, 1993) no centenário da Abolição na dissertação: *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravidão no Brasil*. A pesquisa teve como intuito principal perceber como os jornais apresentam a imagem do negro. Segundo o autor, a partir de 1988 o negro passa a estar mais vigilante aos escritos dos jornais na tentativa de preservar sua imagem. Alexino afirma que “o segmento negro conseguiu ocupar um expressivo lugar na imprensa não apenas pela Comemoração do Centenário da Abolição, mas, porque houve toda uma movimentação político-socio-cultural em torno do tema” (1993:71).

Imprensa e racismo também foi tema dos trabalhos de Fernando Conceição, em *Imprensa e Racismo no Brasil: A manutenção do “status quo” do negro na Bahia*, que analisa o jornal *A tarde* (1995). A pesquisa identificou que o discurso jornalístico a respeito do negro era realizado de acordo e conformidade com as práticas dos grupos dirigentes do Estado. Outro trabalho realizado pelo mesmo autor foi *Mídia, Etnicidade no Brasil e Estados Unidos*, neste estudo Conceição (2005:249) faz a comparação entre Folha de São Paulo e The New York Times. O autor descreveu a respeito do investimento de 77 mil dólares, gasto pela Folha de S. Paulo em 1995, na execução do Projeto Zumbi 300¹⁰. Fernando Conceição conclui que a Folha, com este projeto “credenciou-se como o veículo mais sensível ao debate sobre as relações étnico-raciais” (2005:249). Embora Conceição afirme tal fato, Karina Fanny, por meio de análise e interpretação de várias reportagens, identifica racismo nas imagens veiculadas pela Folha de S. Paulo sobre a mulher negra na política (ARIAS, 2005).¹¹

¹⁰ O projeto Zumbi foi a cobertura jornalística realizada pela Folha de S.Paulo em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi.

¹¹ Acredito que, mesmo em aparência ambígua, as análises de Conceição e Fanny não são excludentes ou contraditórias. O fato de que a Folha possa admitir a existência do racismo, como fazia os jornais do fim do século XIX, não justifica a ausência de um olhar de racismo. Pois (como foi descrito nas páginas 3 e 4 deste artigo) os editoriais dos jornais após a abolição estavam comemorando e admitindo o caráter nebuloso da escravidão, porém nas estampas dos mesmos jornais em relação ao mercado de trabalho a escolha do “não negro” fazia parte de uma exclusão econômica e social, por sua vez, comandada pelo ideal de branqueamento (SCHWARCZ, 1987). Os indícios nas pesquisas de Karina Fanny (ARIAS, 2005), ao demonstrar tratamento de racismo da Folha de S. Paulo à Benedita da Silva, demonstram que a veracidade de tais fatos é exequível. No sentido que, embora a Folha de S. Paulo assumia o racismo, quando trata da inserção do negro em ocupações de cargos de possível destaque e ascensão econômica, como no caso das Cotas e de Benedita da Silva, ela (a Folha) permanece conservadora. Assim, divulgando e disseminando o discurso da classe dominante. Tal argumento será tratado no item 5 deste artigo.

O livro *Mídia e Racismo*, organizado por Silvia Ramos fruto do Seminário *Mídia e Racismo*, realizado no Auditório da Universidade Candido Mendes no Rio de Janeiro. Possui vários artigos escritos tratando do assunto racismo e imprensa, questionando a veiculação do estereótipo do negro, aos seus respectivos leitores e telespectadores (RAMOS, 2002)¹².

4. A luta recente do Negro em busca de ações contra o racismo.

A década de 1990 foi um importante período na história do negro no Brasil. Os grupos de *Rap* em suas letras de músicas questionam, de forma intensiva, o tratamento racista na sociedade.¹³ As políticas afirmativas em relação à reparação do negro começam a serem pensadas na prática. A trajetória de conquista começa através da Constituição de 1988, a qual a noção de igualdade é valorizada, com a proibição de privilégios. “Neste contexto, a Constituição de 1988 representa um verdadeiro marco no tratamento político-jurídico da temática racial, como reflexo inclusive do crescimento da atuação do movimento negro” (SILVA JR, 2000:307). Posteriormente, outro progresso importante em relação à cidadania do negro foi a Lei 7.716/89, denominada de Lei Caó, a qual torna crime o racismo no Brasil.

A batalha travada na constituinte neste período é descrita por Hédio Silva, não como uma vitória, mas sim como uma conquista que deve ser perseguida, “há pouco o que ser comemorado, e muito que ser feito dentro e fora dos tribunais, até que o projeto desenhado na Constituição saia do papel” (2000:379). Portanto, o que é importante salientar que a participação do movimento negro nestas conquistas tem um papel indispensável mediante a construção do reconhecimento das desigualdades.

O período de 1995 a 2008 também foi importante no que diz respeito às políticas públicas de ações afirmativas, as Cotas, pois intelectuais negros e acadêmicos, também se engajam na discussão. O livro *Estratégias de Combate às Práticas Discriminatórias*, foi fruto de uma conferência realizada em São Paulo em novembro de 1995, sobre o racismo. Nas palavras de apresentação, Kabenguele Munanga demonstra

¹² Participaram deste evento escrevendo importantes artigos: Joel Zito Araújo (USP), Luiz Eduardo Soares (UERJ), Liv Sovik (UFRJ), entre outros.

¹³ Racionais M'cs. Capítulo 4 versículo 3: Faixa 1. A música relata: “ 60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial. A cada 4 pessoas mortas pela polícia 3 são negras. Nas universidades brasileiras apenas 2% dos alunos são negros, a cada 4 horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo. Aqui quem fala é primo preto mais um sobrevivente”.

que o Congresso teve “como finalidade a abertura de um diálogo e um debate em torno das políticas públicas anti-racistas” (MUNANGA, 1996:12).

A partir de 2003, o Movimento Negro com inúmeras entidades, iniciam a Marcha da Consciência Negra na Avenida Paulista. No ano seguinte, 2004, a lei federal 10.693/03, entra em vigor e torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira nos estabelecimentos de educação infantil, fundamental, médio e universitário, público e privado¹⁴. Por meio do decreto de Lei Municipal 13.707/2004, entra em vigor no ano de 2006, o feriado de 20 de novembro na cidade de São Paulo.

O ano de maior concentração em torno do tema “Cotas” foi, de fato, o ano da comemoração dos 120 anos da Lei Áurea, em 2008. A passeata na avenida Paulista reuniu, até aquele momento, o maior número de entidades participantes¹⁵. No Informativo mensal da Educafro, uma das entidades do Movimento Negro, do mês de novembro de 2008, foi publicada em uma página, a discussão sobre tais Ações Afirmativas. A reportagem, inclusive, divulga o conflito entre Secretaria da Educação de São Paulo e a Universidade de São Paulo, sobre a inclusão de alunos através do Inclusp.¹⁶

¹⁴ Embora a Lei 10.693/03 tenha sido aprovada em 2004, muitos estabelecimentos, até os dias atuais, resistem em cumprir tais deliberações. Prova disto é que, em 2008 na I Conferência Municipal de Igualdade Racial realizada pelo CONE (Coordenadoria dos Assuntos da População Negra na cidade de São Paulo), uma das principais reivindicações era o cumprimento efetivo da Lei.

¹⁵ Inclusive, vale destacar que nos anos seguintes, 2009 e 2010 a passeata foi alocada para o Vale do Anhangabaú, não mais na Avenida Paulista. Entidades do Movimento Negro que assinaram o panfleto oficial da V Marcha da Consciência Negra em 2008: ABPN, AFUBESP, ANCEABRA, APEOESP, APROFE, Associação Cultural REGGAE, Batucando a Vida, CEABRA, Circulo Palmarino, Ciranda Afro, CNAB, CONEN, CONEGRO, CNCDR, CUT,CTB, EDUCAFRO, Embaixada do Samba, Espaço Cidadão Cidade Tiradentes, Fala Negão, Força da Raça, Fórum Estadual da Juventude Negra, Fórum Estadual das Mulheres Negras, Fórum permanente do Movimento Negro da Região Oeste, Iguaçu, Grupo Cultura Refavela, Instituto Baoba, INTECAB, ITB, Instituto do Negro Padre Batista, Kilombagem, Movimento Hip Hop organizado da Zona Leste, MNU, MTF Quilombo, MSU, Negritude Socialista do PSB, Posse Hausa, Raízes Periféricas, Rede Nacional de Afros LGBTT, Setorial de Negros e Negras da CMP, Secretaria de Combate ao Racismo do PT, SEDIN, SEEL, SINPEEM, SINTCT, SINTRATEL, SOUESP, SOWETO organização negra, UNEGRO (Dados adquiridos no: Informativo oficial da V Marcha da Consciência Negra em 2008).

¹⁶ INFO EDUCAFRO: *Informativo mensal da Educafro*. São Paulo: novembro de 2008, ano X, número 122. p. 3. Nesta publicação Douglas Belchior, na época, membro da Educafro questiona: “Por que o Governo Serra e a USP não admitem seus erros e não fazem como dezenas de universidades Estaduais e Federais de todo o país que adotam ações afirmativas e cotas sociais e étnico-raciais? Será necessário endurecer novamente nos protestos e ações judiciais?” (Exemplar adquirido).

5. A opinião da Folha de S. Paulo sobre as Cotas.

A Folha de São Paulo representa hoje um dos maiores jornais de veiculação nacional; praticamente, todas as grandes empresas divulgam neste jornal. A Folha de S. Paulo busca passar aos seus leitores um ideal de objetividade, cumprindo assim seu objetivo de condução de um discurso jornalístico. Os leitores do jornal, como demonstra a pesquisa de Sheila Vieira, são em sua maioria da classe média e alta (GRILLO, 2004:84). Por outro lado, esse discurso difundido como verdade chega às salas dos professores das escolas, podendo ser usado inclusive na formação de alunos. O incentivo à leitura de jornais e revistas como proposta de aprendizado, faz com que a Folha de S. Paulo seja inserida nas escolas como ferramenta, por sua vez, parte da construção de uma opinião social.

A relação da Folha de S. Paulo com as discussões a respeito do racismo tem início, mais intensamente, por meio da pesquisa encomendada em 1995 ao Instituto de Pesquisa Datafolha que pertence ao mesmo grupo. O Datafolha efetuou uma pesquisa para diagnosticar o racismo no Brasil. A conclusão desta pesquisa derivou o título do trabalho como “Racismo Cordial” concluindo que “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceitos contra negros”. (DATAFOLHA/ FOLHA DE S. PAULO, 1995).

Especificamente o ano de 2008, no qual se comemorou os 120 anos da “Lei Áurea”, houve, entre as datas comemorativas de 13 de maio e 20 de novembro, inúmeros artigos tratando da relação do racismo, incluindo o tema das cotas.¹⁷ Outro acontecimento que fomentou tais discussões foi à vitória do Presidente dos EUA, Barak

¹⁷ FOLHA DE S. PAULO (Artigos e Reportagens citando a questão do negro, em ordem cronológica, nos meses de Maio e Novembro – pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado de São Paulo): “Fazer a abolição de novo”, por Roberto Mangabeira Unger: A3 Opinião, Tendências e Debates, 13.05.2008; “Negros ainda vive em região de porto, diz IBGE”, por Eduardo Escolese e Angela Pinho: C8 Cotidiano, 13.05.2008; “As Cotas no Supremo” Editorial: A2 Opinião, 14.05.2008; “Projetos de cotas tramita há 4 anos na Câmara” por Ângela Pinho: C3 Cotidiano, 14.05.2008; “Manifesto Pró e Anti Cotas”, publicação de trechos dos manifestos entregue na Câmara Federal: C4 e C5 Cotidiano, 14.05.2008; “Cotas”. Painel do Leitor: A3 Opinião, 16.05.2008; “Ciência publica primeiro genoma de homem negro” por Rafael Garcia: A13 Ciência, 06.11.2008; “Dia da Consciência Negra”. Painel do Leitor: A3 Opinião, 20.11.2008; “Câmara aprova cota de 50% em federais”, por Maria Clara Cabral e Fabio Takahashi: C1 Cotidiano, 21.11.2008; “Dia do Moreno”, por Fernando de Barros e Silva: Editoriais: A2 Opinião, 22.11.2008; “O racismo mais cordial” por Fernando Rodrigues: Editoriais: A2 Opinião, 22.11.2008; “Racismo”. Caderno Especial, 23.11.2008; “Racismo”. Painel do Leitor: A3 Opinião, 25.11.2008 e “Cotas de imperfeição”. Editorial: A2 Opinião, 25.11.2008.

Obama. Contudo, o que nos interessa, neste artigo, são as opiniões no Editorial da Folha de S. Paulo em relação às Cotas.¹⁸

A Folha de S.Paulo no dia 14 de maio de 2008, publicou em suas páginas no Caderno Cotidiano, trechos de duas opiniões divergentes sobre as Políticas Públicas de Ações Afirmativas, as Cotas. Ambas devidamente assinadas pelos seus signatários. Contudo, em seu editorial, a Folha dava apoio aos que estavam contra as cotas. Sugeriu que o projeto fosse deixado de lado:

Grupos contrários às cotas argumentam, com razão, que esse tipo de política afronta o ideal republicano da igualdade de todos diante da lei. Também apontam dificuldades intransponíveis para a definição de quem é negro, o que tem gerado “soluções” absurdas, como as comissões de classificação racial, experimentada nas universidades federais de Brasília e do Maranhão, que recendem a fascismo e devem ser denunciadas.”(...) “Já para preservar o acesso por mérito, o melhor é deixar de lado o sistema de cotas, que opera com números predeterminados de vagas a serem preenchidas” (FOLHA DE S. PAULO, 2008)¹⁹.

Tais conclusões da Folha de S. Paulo já vinham sendo definidas por artigos em anos anteriores.

Faz sentido a intenção do Governo Federal de propor na lei para regulamentar a adoção de cotas para negros em universidade pública. Esta Folha é contra a reserva de vagas com base em critérios raciais, mas, não há como negar que a proposta do PT de fazê-la saiu vitoriosa nas urnas. Um projeto de lei que crie mecanismos unificados para a implementação dessas políticas torna-se nestas condições, necessários.(...)É inegável, de todo modo, que as reservas de vagas com base em critérios raciais ou econômicos implica em uma forma de discriminação. Embora reconhecendo que o racismo é um problema grave que precisa ser combatido, esta Folha entende que discriminações – positivas ou negativas – ferem o princípio republicano da plena igualdade diante da lei. E bom combate ao racismo deveria ser travado não com mais racismo, mas com igualdade (FOLHA DE S. PAULO, 2004).²⁰

Neste artigo, a Folha concorda com o Governo Federal em regulamentar as Cotas, porém, deixa latente, seu descontentamento com as Cotas, admite racismo, e propõe medidas de igualdade para combatê-lo, porém rejeita as cotas. Outro argumento

¹⁸ Os editoriais revelam, a intencionalidade de interação com o leitor, que ao abrir as páginas e folhear o jornal de preferência, irá continuar a leitura com uma interpretação prévia do assunto.

¹⁹ FOLHA DE S.PAULO. “*As Cotas no Supremo*”. Editorial: A2, Opinião, 14.05.2008. Pesquisa efetuada no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²⁰ FOLHA DE S. PAULO. “*Cotas em questão*”. Editorial: A2 Opinião, 05.01.2004. Pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

utilizado pela Folha para refutar as cotas é o caráter por mérito por meio do sistema educacional:

Uma maneira eficaz e mais isonômica de selecionar essa população é beneficiar vestibulandos oriundos da escola pública, sem distinção de cor.(...)Já para preservar o acesso por mérito, o melhor é deixar de lado o sistema de cotas, que opera com números predeterminados de vagas a serem preenchidas. Em vez disso, o mais indicado é conceder um bônus na nota do vestibular aos estudantes beneficiado pela ação afirmativa.(FOLHA DE S. PAULO, 2008)²¹

A opinião da Folha de S. Paulo²², inclusive, vai de encontro com o livro lançado em 2006 por Ali Kamel, que escreveu afirmando que tinha se assustado ao saber que somos uma sociedade racista. (KAMEL, 2006)²³. O livro usa bases teóricas e argumentos acadêmicos para se colocar contra as cotas. Ademais, podemos suspeitar que a linha editorial do jornal a qual comanda o autor, também contenha os mesmos princípios, contudo, uma pesquisa mais aprofundada do jornal O Globo se faz necessário.

6. Uma outra opinião.

Uma das hipóteses levantadas é que a Folha de S. Paulo ao discordar das Cotas expressa o discurso hegemônico da classe dominante. Em um de seus artigos ela reforça que “para além dos problemas operacionais que cria, ela (as Cotas) tem como pressuposto a noção equivocada de que se combate uma injustiça com outra” (parentes meus) (FOLHA DE S. PAULO, 2002).²⁴A respeito destas falácias contidas no discurso da Folha, Wilson do Nascimento Barbosa, responde:

²¹ FOLHA DE S. PAULO. “*As Cotas no Supremo*”. Editorial: A2, Opinião, 14.05.2008. Outros editoriais que concluem a mesma opinião: “*Cotas de Imperfeição*”. Editorial: A2, Opinião, 25.11.2008. “*Ficção Real*”. Editorial: A2, Opinião, 22.12.2002. “*As Cotas do PT*”. Editorial: A2, Opinião, 11.11.02. “Um Negro no STF”. Editorial: A2, Opinião, 08.05.2003. Pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

²² A opinião de ações afirmativas por bônus para aos alunos da escola pública esta inserido na perspectiva de que a Escola pública seja capaz de propor mobilidade social. Seguindo, de certo modo, a lógica da teoria do capital humano que privilegia o investimento em educação como forma de ascensão social.

²³ O autor, diretor de jornalismo da Rede Globo, exclama e questiona: “*Mergulhado no trabalho jornalístico diário, quando me dei conta do fenômeno levei um susto. Mais uma vez tive prova de que os grandes estragos começam assim: no início, não se dão atenção, acreditando-se que as convicções em contrario são tão grandes e arraigados que o mal não progredirá. Quando acordamos, leva se o susto! Eu levei! E, imagino muitos brasileiros devem também ter se assustado: quer dizer então somos um povo racista?*”.

²⁴ FOLHA DE S.PAULO. “*As Cotas do PT*”. Editorial: Caderno A2, 11.11.2002. Pesquisado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Nesse contexto, a cultura oficial só pode expressar uma sucessão de discursos, cujo conteúdo real e a dominação e cuja forma são sentenças hipócritas. Isto decerto expressa o papel mantenedor do status quo da cultura oficial. Ela se encarrega de difundir nas escolas, nas universidades, etc., uma sucessão de mentiras que aparentemente são verdades. Para que se possa entender, darei um exemplo. Veja-se que o debate sobre “quotas” para negros nas universidades brasileiras. O discurso hipócrita da cultura oficial aparentemente diz a verdade: “não se pode reparar uma injustiça cometendo outra injustiça” (BARBOSA, 2002:35).

A despeito de uma discussão pautada na Dominação e Culturalidade, Wilson Barbosa conclui dizendo que “qualquer argumento que se possa utilizar na questão das quotas, a cultura oficial e o assimilacionismo encontrarão algo para agravar a situação” (2002:36).²⁵

Assim como a Folha de S. Paulo, os defensores Anti Cotas acreditam que a diferença social entre negros e brancos no Brasil será mediada pelo sistema educacional²⁶. Este é um ponto que muito nos interessa. Primeiramente que, mesmo se houvesse um mecanismo de bonificação aos alunos da escola pública, a distância pedagógica entre o aluno de escola pública e privada são gritantes, a começar pela remuneração dos professores, número de alunos e a estrutura em sala de aula. Segundo, na modificação estrutural do capitalismo na década de 1990, o investimento educacional torna-se primordial para progressão financeira das famílias.²⁷ O Estado, por sua vez, para realizar critérios de “igualdade”, como afirma a suposta solução da Folha, deveria propor oportunidades de educação de qualidades a todos. Ao contrário, os índices demonstrados pelos órgãos de pesquisa apontam que a qualidade de ensino piorou (CALLEGARI, 2009). Assim, a solução de disputa igualitária por meio do sistema educacional levaria pelo menos algumas décadas para funcionar. Desta maneira, levando em conta que a concorrência capitalista, mediante o atual mercado educacional que não permite lugar para uma “abertura social”, tais medidas demorariam ainda mais. Prejudicando, sobretudo, os negros, pois são maioria na escola pública.

O caminho para compreender a importância das Cotas, definitivamente é histórico, como da mesma forma, também é histórico o olhar da Folha de S. Paulo. Tal

²⁵ Outros autores com a mesma opinião, ver entre outros: MUNANGA, Kabengele e GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo.

²⁶ Folha de São Paulo. Publicação de trecho do “Manifesto Pró e Anti Cotas”. C4 e C5 Cotidiano, 14.05.2008.

²⁷ O autor deste artigo tem pesquisado, atualmente, a respeito da influência do investimento em educação na rendas familiares e a estrutura do capital humano.

olhar, reflete a opinião de uma classe dominante que ainda permanece tão conservadora em relação ao negro quanto antes. Desta maneira, é primordial compreender que as reivindicações do Movimento Negro e do projeto Pró Cotas estava, e está, vinculado a um resgate de identidade, a denúncia da democracia racial e da busca de progresso financeiro. Por sua vez, vinculando, ainda mais, o tema com as propostas de políticas públicas sócio-educacionais que, na mesma medida, se configura como políticas socioeconômicas.

Talvez a afirmação de progresso financeiro do negro assuste aos “classistas de plantão”; digo isto porque fatidicamente ouço nos meares da academia “ditos classista” que admitem o racismo, porém refutam as cotas, indo ao encontro com a opinião da Folha de S. Paulo.

Reafirmo: o caminho é histórico. Pois, embora os “irmãos” pobres de pele clara não tenham culpa, o Estado Brasileiro beneficiou ao longo da história, os brancos em relação aos negros²⁸. Então, para que possamos realizar a luta de consciência classista ou, no mínimo, a busca pela sobrevivência e cidadania, é necessário que, além de oportunidades de empregos, nas cadeiras das importantes Universidades Públicas de Pesquisas, tenhamos o mínimo de pluralidade para que até mesmo os temas relacionados ao desenvolvimento social, também possam ser Plurais. Portanto, mesmo que no parecer de alguns, a discussão tenha se esvaziado, o resgate histórico de opiniões e a continuação do debate faz-se importante. Para que enfim, possamos decifrar a questão que não quer calar *a respeito das Cotas*, e que se reflete nas opiniões da Folha de S. Paulo: “que olhar é este?”.

²⁸ Tais afirmações se encontram, entre outros, nos artigos de Wilson do Nascimento Barbosa (BARBOSA, 2004; 2009). O autor revela o caráter histórico estrutural de super exploração do negro na sociedade brasileira. E, também, nos próprios dados atuais do IBGE e IPEA, que apontam, ainda, o profundo abismo material e educacional que possivelmente não poderá ser sanado com políticas macrosociais.

7. Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo: Fapesp: 2000.

ARIAS, Karina Fanny Fernandes. *Mulher Negra na Política: Imagem veiculada na Imprensa*. Dissertação de Mestrado. ECA- USP, São Paulo, 2005.

AZANHA, José Mário Pires. *Planos e políticas de educação no Brasil: alguns pontos para reflexão*. In: MENEZES, João G. de Carvalho; BARROS, Roque S. Maciel de; NUNES, Ruy A. da Costa (org.). *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Pioneira, 1998.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *Anti-racismo e seus paradoxos: sobre cotas raciais, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2007.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. *A identidade do Negro no Brasil*. São Paulo, PUC, 1985, mimeo.

_____. & SANTOS, Joel Rufino dos. *Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, 1994.

_____. *O historiador e o fato histórico: um dialogo através das fontes*. In *Caminhos da Historia*. Montes Claros: UNIMONTES, 1999.

_____. *Cultura Negra e Dominação*. São Leopoldo RS: Editora UNISINOS, 2002.

_____. *O negro na Economia Brasileira: Da Colônia aos Umbrais do Século XXI*. In MUNANGA, Kabenbele. (org) *O Negro na Sociedade Brasileira: Resistência, Participação e Contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares: MINC, 2004.

_____. *A discriminação do Negro como Fato Estruturador do Poder*. São Paulo: Revista Eletrônica Sankofa: NEACP (Núcleo de estudos de África Colonialidade e Cultura Política) FFLCH/USP, Número 3, Junho de 2009.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relação Raciais entre Brancos e Negros em São Paulo*. Editora Anhembi, São Paulo. Unesco-Anhembi, 1955.

BECKER, Jean Jacques. “*A Opinião Pública*” In: Remond, Réne (org). *Por uma historia política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRANDÃO, André Augusto (org). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

CALLEGARI, César. (organização). *O FUNDEB e financiamento público no Estados de São Paulo*. São Paulo: Aquariana: IBSA: APEOESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena R. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto EDUSP, 2ª edição:1994.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social e Florianópolis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CONCEIÇÃO, Fernando. *Imprensa e Racismo no Brasil: A manutenção do “status quo” do negro na Bahia*. Dissertação de Mestrado, ECA- USP, São Paulo, 1995.

_____. *Mídia e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos*. Tese de Doutorado, ECA-USP, São Paulo, 2005.

DAMATTA, Roberto. *A Fabula das Três Raças ou o Problema do Racismo à Brasileira*. In: *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora SENAC SP, 2004.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Unesp: Editora Boitempo, 1997.

EDUCAFRO. Informativo Mensal da Educafro. Editor: Frei Valnei Brunetto. Novembro de 2008 Ano 10, número 122.

FELIX, João Batista de Jesus. *Chic Show e zimbabwe e a construção da identidade nos bailes black paulistanos*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A integração do Negro nas Sociedades de Classes*. 2 vols., 3ª edição. São Paulo, Ática, 1978.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *A Representação do Negro em Jornais no Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil*. Dissertação de Mestrado, ECA- USP. São Paulo, 1993.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FOLHA DE S. PAULO. *Racismo Cordial*. Organização: Cleusa Turna e Gustavo Venturini, São Paulo: Ática, 1995.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A Produção do real em gênero do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A.. *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, Editora 34, 1999.

_____. *Classe Raça e Democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo, Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sergio A.; HUNTLEY, Lynn (org). *Tirando a Mascára – Ensaio sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HANSENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. *Desigualdade raciais no Brasil*. In: *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Editora Vértice, 1998.

IRINEU, Gilson. *Igualdade ou Desigualdade de Oportunidades? Uma análise das leis de cotas e de suas implicações sociais*. Dissertação de Mestrado, IFCS -UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

KAMEL, Ali. *Não Somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LEITE, Dante de Oliveira. *Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Editora Pioneira, 1976.

MACHADO, Elielma Ayres. *Desigualdades “Raciais” e Ensino Superior: Um estudo sobre a introdução das “Leis de reservas de vagas para egressos de escolas públicas e cotas para negros, pardos e carentes” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000-2004)*. Tese de Doutorado, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

FOLHA de S. PAULO. *Manual da Folha de São Paulo*. São Paulo, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *A história da Folha de São Paulo*. São Paulo: Impress, 1980.

MUNANGA, Kabenguele. *Estratégias e Política de Combate a Discriminação Racial*. São Paulo: Edusp - Estação Ciências, 1996.

NASCIMENTO, Luiz Marine do. *O que diz e o que faz a Folha de S. Paulo com seu dizer: as imagens do discurso nos editoriais sobre a compra de votos*. Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada, PUC-SP, 2003.

NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1991.

PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula. *Nada Haver ou Tudo a Ver? Diálogos entre a questão do desenvolvimento econômico e das relações raciais no Brasil*. In: SICSÚ, João;

PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut (organizadores). *Novo-Desenvolvimentismo – Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri, SP: Manoele, Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

PIRES, Valdemir. *Economia da Educação: para além do capital humano*. São Paulo: Cotez, 2005.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 20ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

RAMOS, Silvia (org). *Mídia e Racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida. *A invenção do ser negro*. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Ivair Augusto Alves do. *O movimento Negro e o Estado: O caso do Conselho de participação e desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. (1983-1987)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2001.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **Retrato em Branco e Negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____, *O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA Jr. Hélio. *Do Racismo legal ao principio da Ação Afirmativa: a lei como obstáculo e como instrumento dos direitos e interesses do povo negro*. In: Antonio Sergio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs), **Tirando a Máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

SILVA, Jair Batista da. *Racismo e Sindicalismo - reconhecimento, redistribuição e ação políticas das centrais sindicais acerca do racismo no Brasil (1983-2002)*. Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, Campinas, 2008.

SILVA, José Carlos Gomes da. *Rap na Cidade de São Paulo: Musica, Etnicidade e Experiência Urbana*. Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, Campinas, 1998.

SILVA, Maria Aparecida Pinto. *A voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco*. Tese de Doutorado, PUC-SP, São Paulo, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: Uma comparação Brasil e Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 14, 1997.

SOUSA Jr, Valdemar Gomes de. *Os editoriais da Folha de S. Paulo: evidências de uma solução bonapartista para a crise (1963-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. PUC-SP, São Paulo, 2007.